



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, mais conhecido como Mosteiro de Odivelas, foi mandado erguer no século XIII pelo rei D. Dinis e é monumento nacional desde 1910, conforme estabelecido no Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Este mosteiro é hoje um dos maiores repositórios azulejares do país, destacando-se um painel exterior constituído por valiosos azulejos policromos do século XVII, que representam um conjunto notável devido à sua antiguidade, qualidade e quantidade.

O Mosteiro de Odivelas pertencia à Ordem de Cister e, posteriormente, passou a albergar o antigo Instituto de Odivelas, que aí funcionou de 1900 até 2015, quando foi desativado e integrado no Colégio Militar, em Carnide, no concelho de Lisboa, por decisão do anterior Governo PSD/CDS-PP, estando o Mosteiro, desde essa altura, desocupado e sob gestão do Ministério da Defesa.

Durante o mês de dezembro de 2018, em três dias distintos - 19, 21 e 25 de dezembro -, foram arrancados mais de 160 azulejos do painel das paredes exteriores.

Entretanto, o Mosteiro de Odivelas passou, no dia 14 de janeiro, a ser gerido pela Câmara Municipal de Odivelas, através da assinatura de um auto de cedência entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a autarquia.

Desta forma, segundo foi avançado, a Câmara Municipal recebeu a gestão do espaço por 50 anos, mediante a garantia de um investimento de cerca de 16 milhões de euros na requalificação do monumento e o pagamento de uma renda mensal de 23 mil euros.

Ora, tendo presente a importância da preservação e da valorização do património e do testemunho histórico-cultural do Mosteiro de Odivelas que, até aqui, tem estado sob gestão da Administração Central, entende o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes que se impõe obter esclarecimentos relativamente às medidas de segurança e de preservação deste

monumento nacional.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex.^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério da Defesa Nacional possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Desde o final do ano letivo 2014/2015, quando o Mosteiro de Odivelas ficou desocupado devido à desativação do Instituto de Odivelas, que medidas foram desenvolvidas no que respeita à gestão, preservação e segurança deste monumento?
2. À data dos furtos de azulejos do Mosteiro de Odivelas, que medidas de segurança estavam previstas para todo o complexo?
3. Após a participação do primeiro furto, que terá ocorrido na madrugada de 19 de dezembro, que diligências foram tomadas?

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)